

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO AO ESPORTE EM LUANDA (2010-2015)

Henrique Bagayawo Mayavangua Nzola

Email: henriquenzola0708@gmail.com

Profa. Dra. Rosalina Semedo de Andrade
Tavares

E-mail: rosalina@unilab.edu.br

RESUMO

Este trabalho analisa as políticas públicas de esporte em Luanda (Angola), no período de 2010 a 2015, marcado por grandes investimentos devido à realização do Campeonato Africano das Nações em 2010. A pesquisa tem natureza qualitativa e exploratória, utilizando revisão bibliográfica, análise documental e aplicação de questionários a 59 participantes, com o objetivo de compreender o impacto social dessas políticas. Os resultados indicam que, embora o governo tenha construído infraestruturas como o Estádio 11 de Novembro e centros comunitários, além de implementar programas sociais voltados à juventude das periferias, a maioria da população ainda não tem acesso a essas políticas. A maior parte dos entrevistados nunca participou de ações governamentais ligadas ao esporte. Apesar de alguns relatos positivos, como experiências em torneios universitários e projetos de esporte educacional, observam-se falhas na distribuição, continuidade e efetividade das ações. Conclui-se que o esporte tem sido subutilizado como instrumento de inclusão social. A pesquisa sugere maior investimento, planejamento sustentável, capacitação de profissionais e participação da sociedade civil, destacando o potencial do esporte para promover cidadania, desenvolvimento humano e coesão social em contextos de desigualdade.

Palavras-chave: políticas públicas; inclusão social; esporte; Luanda; Angola.

ABSTRACT

This study analyzes public sports policies in Luanda (Angola) during the period from 2010 to 2015, marked by significant investments driven by the organization of the 2010 Africa Cup of Nations. The research has a qualitative and exploratory nature, using bibliographic review,

document analysis, and the application of questionnaires to 59 participants, aiming to understand the social impact of these policies. The results indicate that, although the government invested in infrastructure such as the 11 de Novembro Stadium and community centers, and implemented social programs targeting youth in peripheral areas, most of the population still lacks access to these sports policies. The majority of respondents had never participated in government-led sports initiatives. Despite some positive reports, such as experiences in university tournaments and educational sports projects, shortcomings were identified in the distribution, continuity, and effectiveness of the actions. The study concludes that sport has been underutilized as a tool for social inclusion. It suggests the need for greater investment, sustainable planning, professional training, and civil society involvement, emphasizing the potential of sport to promote citizenship, human development, and social cohesion in contexts marked by inequality.

Key-Words: public policies; social inclusion; sports. Luanda. Angola.

1 INTRODUÇÃO

As políticas públicas de esporte representam um importante instrumento do Estado na promoção do bem-estar social, a inclusão, a saúde e o desenvolvimento humano. Por meio de programas e ações voltados à prática esportiva, o poder público busca garantir o acesso equitativo da população a atividades físicas e esportivas, considerando suas diversas dimensões, como, educacional, de rendimento, de lazer e de saúde.

O esporte, além de ser uma ferramenta de socialização e cidadania, também possui potencial para o crescimento da economia, e pode reduzir as desigualdades e prevenir situações de vulnerabilidade social. Neste sentido, é importante analisar como essas políticas são formuladas, implementadas e avaliadas, bem como compreender os desafios e avanços enfrentados nas diferentes esferas de governo.

Entre 2010 e 2015, às políticas públicas implementadas em Luanda buscaram promover a inclusão social por meio do esporte, com destaque para iniciativas voltadas ao desenvolvimento de infraestrutura esportiva e à criação de programas acessíveis à população. Um dos marcos mais relevantes desse período foi o investimento realizado após Angola sediar o Campeonato Africano das Nações (CAN) em 2010. O evento impulsionou a construção de estádios e espaços esportivos, contribuindo para o fortalecimento do setor esportivo no país. O CAN, principal competição de futebol entre seleções africanas, é organizado pela Confederação Africana de Futebol (CAF) e ocorre a cada dois anos, reunindo os melhores times do continente. Sua realização em solo angolano não apenas destacou o país no cenário esportivo africano, mas também estimulou melhorias estruturais com potencial de gerar impactos sociais positivos nas comunidades locais, o governo angolano conseguiu dar mais visibilidade ao esporte na cidade. Esses investimentos acabaram por tornar o esporte uma alternativa mais que viável para jovens e grupos desfavorecidos e vulneráveis, que no passado tinham poucas opções de lazer.

Os programas de incentivo ao esporte podem servir como mecanismo de união de classes e ajudar na promoção de valores como disciplina, respeito e integridade. Foram implementados projetos sociais e programas esportivos gratuitos ou de baixo custo focados em crianças e jovens, permitindo que pessoas de diferentes classes sociais tenham acesso a atividades esportivas.

É importante realçar que essas atividades ajudam a conscientizar a população sobre a real importância do esporte para a saúde e bem-estar, além de abrir oportunidades para atletas talentosos de baixa renda competirem com outros atletas de classe alta e seguirem carreiras esportivas de sucesso. Percebe-se que as políticas públicas de esporte em Luanda fomentam a

inclusão social, criando espaços e programas que incentivam a prática esportiva, melhorando a qualidade de vida e promovendo a integração social entre diferentes classes sociais existentes.

Podemos verificar que no período de 2010 à 2015, a província de Luanda criou e implementou diversas políticas públicas de esporte com objetivo de promover a inclusão social por meio do esporte, e que a maior parte foi incentivada pelos grandes investimentos estruturais realizados durante o Campeonato Africano das Nações em 2010. Essas políticas incluíram a construção de infraestruturas esportivas, como o Estádio 11 de Novembro, campos adjacentes ao estádio 11 de novembro para realização de treinos individuais, e a criação de programas esportivos comunitários como, programa desporto para todos, projetos de escolinhas de futebol, jogos escolares, entre outras ações que visam oferecer opções de lazer e oportunidades de desenvolvimento para crianças e jovens em situação de vulnerabilidade.

De modo geral, o governo estabeleceu programas gratuitos ou de baixo custo, buscando integrar setores marginalizados e promover valores de cidadania, disciplina e cooperação. Esses programas foram importantes para reduzir a exclusão social, pois ofereceram alternativas de lazer e educação para a juventude. A prática esportiva foi usada como elo de ligação, integração e de construção de vínculos comunitários, aproximando diferentes grupos sociais.

A escolha do tema políticas públicas de esporte se justifica pelo meu interesse pessoal em compreender como o esporte pode ser utilizado como uma ferramenta de transformação social. Este artigo busca contribuir para a valorização do esporte como um direito de todos e como um caminho para o desenvolvimento humano e social.

A presente pesquisa possui relevância acadêmica por contribuir com o campo de estudos das políticas públicas, especialmente no que se refere ao esporte como instrumento de promoção social, educacional e de saúde. Ao analisar as estratégias adotadas pelo poder público, este trabalho busca aprofundar a compreensão sobre os impactos, os desafios e as potencialidades das ações voltadas à prática esportiva.

A relevância social deste estudo está relacionada ao potencial transformador do esporte na vida das pessoas, especialmente em comunidades marcadas por desigualdades sociais. As políticas públicas de esporte, quando bem planejadas e executadas, podem promover inclusão, cidadania, saúde e desenvolvimento humano.

É importante notar que, a pesquisa pode nos levar a reflexões, como a eficácia de diferentes tipos de programas esportivos e quais são os pontos a melhorar para que a mesma atenda a demanda da população.

1.1 Objetivo geral

Analisar as políticas públicas de inclusão ao esporte na província de Luanda entre 2010 e 2015.

1.2 Objetivos específicos

- (a) Identificar as políticas de esporte implementadas;
- (b) Identificar os perfis das pessoas beneficiadas com essa política;
- (c) Entender os desafios para implementação dessa política nas comunidades periféricas.

2 BREVE CONCEITUAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, INCLUSÃO E ESPORTE

Segundo Sacchi (2010, p. 2), uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema coletivo, envolvendo tanto ações quanto omissões do poder público. Além disso, deve possuir intencionalidade pública e responder a uma questão considerada socialmente relevante. Neste sentido, de acordo com Andrade e Gonçalves (2025), as políticas públicas consistem em um conjunto de programas, ações e decisões governamentais que, com a participação de entes públicos ou privados, têm o objetivo de garantir direitos de cidadania para diferentes grupos sociais, culturais, étnicos ou econômicos. Essas políticas estão diretamente relacionadas aos direitos assegurados pela Constituição.

Com base na definição destes dois autores acima citados podemos definir políticas públicas como ações, programas e diretrizes implementadas pelo governo para atender as necessidades da sociedade. O governo tem um papel bastante importante na criação de políticas públicas, e ele age como agente principal para promoção do bem-estar social e desenvolver a economia de um determinado país.

A partir desse trecho, é possível perceber que Leonardo Sacchi quis mostrar que as políticas públicas são instrumentos que o estado utiliza para sua atuação para enfrentar problemas coletivos. Em outras palavras, Leonardo destaca que as políticas públicas não estão apenas voltadas diretamente em ações como programas e projetos, mas também omissões estratégicas, convém destacar, que não necessariamente deve se intervir em certas áreas. Sacchi (2016), deixa bem claro que uma política pública tem que ter um propósito bem claro e como sempre estar voltada na resolução dos problemas da sociedade, só desta forma pode ser notado o impacto do planejamento e da gestão pública na resolução desses desafios.

Secchi (2014), propõe uma abordagem multicêntrica para a análise das políticas públicas, reconhecendo que sua formulação e implementação envolvem não apenas atores estatais, mas também organizações privadas, ONGs e redes de políticas públicas. Essa perspectiva amplia o entendimento tradicional, que via as políticas públicas como monopólio do Estado, e reflete a complexidade das interações entre diversos atores na arena pública.

Segundo Sasaki (2009, p.1), a inclusão é entendida como o processo pelo qual os sistemas sociais comuns são adaptados para abranger toda a diversidade humana, incluindo etnia, raça, língua, nacionalidade, gênero, orientação sexual, deficiência e outros atributos, com a participação ativa das próprias pessoas na concepção e implementação dessas adaptações. Complementando essa ideia, Bessa (2025) destaca que a inclusão social consiste em um conjunto de medidas voltadas para indivíduos que, por diversos fatores, como deficiência física ou mental, cor da pele, orientação sexual, gênero ou condição socioeconômica, encontram-se à margem da sociedade. O propósito dessas ações é garantir que todos tenham acesso igualitário a bens e serviços essenciais, como saúde, educação, emprego, renda, lazer e cultura.

Diante dessa perspectiva, percebe-se que a inclusão social é o ato que consiste na criação de meios pela qual a sociedade vai gerir o seu modo de viver suprindo às suas necessidades sociais. O mundo vive uma desigualdade total no que diz respeito à oportunidade e outras necessidades sociais, por meio desta, é importante a existência de inclusão social para que haja igualdade nas oportunidades que vão existindo na sociedade.

Segundo Bodart e Silva (2025), o esporte pode ser compreendido como uma atividade física ou mental organizada, pautada por regras específicas e pela competição entre indivíduos ou grupos. Essa concepção engloba tanto modalidades tradicionais, como futebol e atletismo, quanto práticas mais recentes, como eSports e corridas virtuais. Bento (2004) amplia essa discussão ao considerar esporte como um fenômeno sociocultural que envolve várias práticas humanas, caracterizadas por regras próprias, regulamentadas e institucionalizadas. Essas práticas visam o aspecto competitivo, que pode se manifestar tanto em confrontos diretos entre indivíduos quanto na comparação de realizações pessoais. Além disso, o esporte atende a diversas necessidades humanas, como o desejo de emoção, superação, diversão e comunicação, sendo fundamental para o desenvolvimento cultural do ser humano.

Segundo Pereira (2020), o desporto desempenha um papel fundamental na promoção da unidade nacional, contribuindo para a saúde das populações e reduzindo práticas prejudiciais à convivência social, especialmente entre adolescentes e jovens. Além disso, o desporto não apenas auxilia na eliminação de hábitos nocivos, mas também fortalece a saúde física e

psicológica dos praticantes, ao mesmo tempo em que proporciona benefícios emocionais e motivacionais ao público espectador.

De acordo com Passos da Criança (2025), o esporte representa uma das ferramentas mais eficazes e acessíveis de inclusão social. Por meio da prática esportiva, as crianças desenvolvem vínculos afetivos, aprendem a lidar tanto com a vitória quanto com a derrota, compreendem a importância do respeito às regras e reconhecem que a dedicação é essencial para alcançar objetivos.

Alguns sociólogos, acabam por caracterizar o esporte como uma forma de competição, e que a mesma ocorre sob condições formais e organizadas. Os campeonatos comunitários, e outras atividades esportivas que tem envolvido as comunidades dizem muito sobre os benefícios, aprendizado e ensino de disciplina. Segundo José Luis Rodrigues, conhecido como Snoopy Rodrigues, professor e idealizador do Instituto Magia da Luta, que promove a inclusão social através do esporte na Vila Torres, "a prática esportiva além de ensinar disciplina, ensina valores para vida. O esporte contribui para o desenvolvimento de habilidades sociais, ensinando a respeitar uma hierarquia, compromissos e horários através do treino" (Passos da Criança, 2025).

Para quem vem da periferia e acaba por se envolver nessas atividades esportivas pode enxergar oportunidades de transformação e crescimento, pois o esporte pode abrir portas para novos ares, e ajudar a desenvolver a pessoa, quem pratica esporte pode desenvolver valores humanos, cidadania entre outros.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE

De acordo com Cárdena et al. (2022), para garantir os direitos constitucionais, o Estado deve implementar políticas públicas em diversas áreas sociais, como saúde, educação, assistência social, lazer e segurança, promovendo o bem-estar de todos os cidadãos. Para Bueno (2008), o esporte pode ser analisado sob diferentes óticas, incluindo sua função como instrumento de integração social, lazer e educação. A sociologia o entende como uma prática capaz de promover inclusão social e cidadania, enquanto a psicologia destaca elementos como motivação, ansiedade e o aspecto terapêutico das práticas esportivas. Já a área da educação foca na metodologia e na inserção do esporte nas escolas, especialmente no contexto da reforma educacional, em que a disciplina de Educação Física ocupa papel relevante.

Reforçando essa ideia, segundo o Blog Placarsoft (2022), as políticas públicas do esporte no Brasil atuam por meio de financiamentos, licenciamentos e licitações, sendo estruturadas em três frentes principais: esporte-educação, esporte-participação e esporte-desempenho. Para

os gestores municipais, recomenda-se atenção à demanda populacional, à estrutura disponível e a aspectos como avaliação de custos, cumprimento do processo licitatório e planejamento estratégico para a execução e divulgação dos programas.

Na visão de Silva (2022), as políticas públicas voltadas para o esporte desempenham um papel essencial na promoção da saúde, no combate ao sedentarismo e na valorização do lazer, além de oferecer respaldo aos atletas profissionais. Essas ações impactam positivamente o sistema público de saúde, ao estimular hábitos de vida mais saudáveis, e contribuem para uma percepção mais favorável sobre o uso dos recursos públicos. O investimento estatal no esporte, exemplificado no apoio a jovens talentos como Rebeca Andrade, também se conecta a projetos sociais e educacionais voltados às populações mais vulneráveis, incluindo idosos, pessoas com deficiência e cidadãos em situação de vulnerabilidade, promovendo acessibilidade e a democratização dos espaços públicos.

Considerando as contribuições de Cárdena et al. (2022), Bueno (2008), Blog Placarsoft (2022) e Silva (2022), políticas públicas esportivas podem ser compreendidas como um conjunto de ações planejadas pelo Estado com o objetivo de garantir direitos constitucionais e promover o bem-estar da população por meio da prática esportiva. Essas políticas atuam em diferentes dimensões: educacional, participativa e de alto rendimento, contemplando desde o acesso ao esporte nas escolas até o apoio a atletas profissionais. Elas envolvem aspectos como inclusão social, saúde, lazer, cidadania e desenvolvimento humano, além de exigir planejamento, financiamento e respeito à legislação. O esporte é visto como ferramenta de transformação social, promovendo hábitos saudáveis, integração comunitária e acesso democrático aos espaços públicos.

4 COMO ELAS DEVERIAM SER FORMULADAS E IMPLEMENTADAS

De acordo com o Tribunal de Contas da União (2021), a formulação de uma política pública eficaz depende de um diagnóstico detalhado do problema a ser tratado. Esse diagnóstico deve conter evidências concretas sobre a ocorrência do problema, a região mais afetada e o público-alvo impactado. Além disso, é essencial identificar suas causas e possíveis efeitos, garantindo que a tomada de decisão seja fundamentada e os resultados sejam potencializados.

Segundo Cárdenas et al. (2022), a formulação eficaz de políticas públicas de inclusão no esporte demanda um processo abrangente, que abarca a realização de diagnósticos detalhados sobre as barreiras enfrentadas por grupos marginalizados, o estabelecimento de metas claras, a criação de um marco legal robusto, o desenvolvimento de programas direcionados e a garantia

de um financiamento sustentável. Reforçando essa visão, segundo Sportanddev (2025), a formulação e adoção de políticas envolvem o desenvolvimento de soluções propostas, onde os formuladores elaboram um projeto que pode variar conforme o país. Esse processo geralmente conta com a colaboração entre membros do governo e outras partes interessadas para chegar a um consenso sobre legislações ou planos a serem implementados. A implementação, por sua vez, ocorre por meio de programas e iniciativas específicas, sendo responsabilidade dos governos nacionais e locais, além de atores da sociedade civil e comunidades, garantir sua execução eficaz.

Com base nos aspectos mencionados pelos autores acima referidos, a formulação e implementação de políticas públicas de inclusão no esporte exigem mecanismos eficazes de monitoramento e avaliação. Esses mecanismos podem nos possibilitar avaliar o impacto das iniciativas como, identificar desafios e ajustar estratégias caso seja necessário. E um outro fator a se ter em conta é a capacitação de profissionais que vão estar envolvidos na execução dessas políticas. Treinadores, educadores físicos e gestores esportivos, estes devem ter formação adequada para lidar com as situações que vão surgindo e promover um ambiente inclusivo. Isso inclui o desenvolvimento de metodologias adaptadas para diferentes públicos.

Segundo o Ministério do Esporte (2005), a sociedade civil sempre tem um papel importante no sucesso dessas políticas. As organizações não governamentais, clubes esportivos e lideranças comunitárias podem ter um papel importante na identificação de necessidades locais e na resolução dos mesmos. E por fim o financiamento sustentável que em muitos casos tem sido o grande problema para que as políticas públicas sejam eficazes, um modelo que pode dar resultados bons e eficazes é a combinação entre investimento público e privado.

Desta feita, a formulação e a implementação de políticas públicas de inclusão ao esporte deve seguir alguns parâmetros como, diagnósticos precisos, metas bem definidas, participação social, capacitação profissional, monitoramento contínuo e financiamento adequado.

5 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE EM LUANDA

As políticas públicas de esporte em Luanda variam e chegam até a incluir a construção de instalações desportivas, apoio financeiro, formação de técnicos, construção de instalações desportivas, construção de quadras desportivas e melhoria dos equipamentos desportivos das escolas. De acordo com Pereira (2020), a responsabilidade pela construção de instalações esportivas deve ser compartilhada entre o Estado e o poder local, seguindo critérios descentralizados. Além disso, o Ministério da Juventude e Desportos tem o papel de fornecer

apoio administrativo e financeiro ao desenvolvimento esportivo em escolas e comunidades, enfatizando a formação de profissionais qualificados desde a base. Os recursos financeiros destinados ao esporte devem priorizar a capacitação de professores de educação física, a melhoria dos equipamentos esportivos nas escolas e outras instituições de ensino. O financiamento do setor provém tanto do Orçamento Geral do Estado quanto de fundos específicos voltados ao desenvolvimento esportivo.

Segundo Pereira (2020), é perceptível que a maioria das iniciativas públicas no âmbito do desporto em Angola ainda são esporádicas e têm um caráter predominantemente assistencialista. Isso se manifesta principalmente no apoio material às federações desportivas, ao Comité Olímpico Angolano (COA) e na construção de infraestruturas desportivas por meio da realização de eventos como o Campeonato Africano de Futebol 2010 e o AFROBASQUET 2012. Contudo, ainda falta uma política nacional de desporto clara, sustentável e contínua, como evidenciado pelo Plano Nacional de Desenvolvimento 2013/17. A aprovação da principal legislação reguladora do desporto em 2014 pode marcar o início de uma nova era, embora até o presente momento suas promessas não tenham sido totalmente cumpridas.

As políticas públicas desportivas em Angola refletem o esforço do Estado em promover o desporto como ferramenta de inclusão social, desenvolvimento humano e projeção internacional. Abaixo, destacam-se algumas das principais políticas implementadas nas últimas décadas.

Quadro 1- Algumas políticas públicas desportivas em Angola

Algumas das principais políticas implementadas	Objetivo das políticas públicas
Regime Jurídico do Sistema Desportivo Nacional	A Lei n.º 5/14, de 20 de maio, estabelece o regime jurídico geral do Sistema Desportivo Nacional. Essa legislação visa democratizar e generalizar as atividades desportivas como fator essencial na formação da pessoa humana e no desenvolvimento da sociedade angolana. O documento destaca a importância do desporto enquanto direito de todos os cidadãos, promovendo a sua prática nas escolas, comunidades e instituições (Lex.AO, 2014).
Programas de Massificação do Desporto Escolar	Os programas de massificação do desporto escolar buscam promover a prática esportiva entre os jovens, integrando o desporto ao currículo educacional. Tais iniciativas contribuem para a formação integral dos estudantes, estimulando o espírito de equipe, a disciplina e hábitos saudáveis desde a infância (Lex.AO, 2014).
Desporto para Todos	A política de Desporto para Todos visa garantir o acesso de diferentes grupos sociais à prática

	desportiva. A proposta é promover atividades físicas inclusivas e acessíveis, contribuindo para a saúde pública, a integração social e a cidadania ativa (Lex.AO, 2014).
Apoio ao Desporto de Rendimento	Visando o desempenho em competições de alto nível, o Governo Angolano implementa medidas de apoio financeiro, técnico e logístico a atletas e federações. Esta política tem como objetivo representar o país em eventos nacionais e internacionais, incentivando o desenvolvimento do desporto de elite (Lex.AO, 2014).
Reorganização do Ministério da Juventude e Desportos	O Decreto Presidencial n.º 292/10, de 2 de dezembro, promoveu a reestruturação do Ministério da Juventude e Desportos, com a criação de órgãos como a Direção Nacional dos Desportos e o Fundo de Apoio à Juventude e ao Desporto. A medida visa fortalecer a coordenação das políticas públicas desportivas (Lex.AO, 2010).
Direções Provinciais da Juventude e Promoção dos Desportos	Por meio do Decreto Presidencial n.º 261/10, de 23 de novembro, foram instituídas as Direções Provinciais da Juventude e Promoção dos Desportos, que atuam na implementação das políticas desportivas a nível local. Esses órgãos incentivam o associativismo juvenil e a prática desportiva em todas as províncias do país (Lex.AO, 2010).
Conselho Superior do Desporto	A criação do Conselho Superior do Desporto representa um avanço na formulação e coordenação de políticas intersectoriais. Este órgão consultivo é responsável por propor diretrizes estratégicas e articular ações entre diferentes esferas do governo e da sociedade civil (Lex.AO, 2014).
Promoção do Associativismo Desportivo	A dinamização do associativismo desportivo pelas Direções Provinciais visa garantir a autonomia das associações e clubes, incentivando a prática desportiva organizada entre os jovens, especialmente em contextos comunitários e escolares (Lex.AO, 2014).

Fonte: <https://lex.ao/>

6 DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS ESPORTIVAS EM ANGOLA, COM ÊNFASE NA PROVÍNCIA DE LUANDA.

Angola implementou várias políticas esportivas no período de 2010-2015, com foco no desenvolvimento deste setor, e Luanda por ser a capital do país teve grande destaque. Durante esse período Angola realizou vários eventos internacionais em Luanda e investiu-se em infraestruturas esportivas com foco na promoção da prática do esporte e fortalecer a presença do país no cenário esportivo Africano.

De acordo com o Expresso (2009), em 2010, Angola sediou o Campeonato Africano das Nações, o que motivou significativos investimentos em infraestrutura esportiva. Foram construídos quatro estádios modernos, incluindo o Estádio 11 de Novembro, em Luanda, com capacidade para 50 mil espectadores. Segundo o Maka Angola (2010), esses investimentos visavam não apenas atender às exigências do torneio, mas também estimular o desenvolvimento do esporte no país e impulsionar a economia local.

Conforme relatado pelo SAPO Desporto (2013), Angola sediou o 41º Campeonato Mundial de Hóquei em Patins em setembro de 2013, marcando a primeira vez que essa competição foi realizada no continente africano. Para esse evento, foi construído o Pavilhão Multiusos de Luanda, também conhecido como Arena do Kilamba, localizado no distrito de Camama, em Luanda. A arena possui capacidade para 12.720 espectadores e foi erguida em um período de nove meses e 15 dias pela construtora angolana Omatapalo. Segundo o Jornal de Angola (2024), o Pavilhão Multiusos de Luanda é atualmente considerado o melhor recinto para desportos de sala no país, sendo utilizado para diversas modalidades além do hóquei em patins, como basquetebol e andebol. De acordo com a Angop (2013), além do pavilhão em Luanda, foram construídas outras infraestruturas para o campeonato, incluindo o Pavilhão Welwitschia Mirabilis, no Namibe, com capacidade para três mil espectadores, e o Pavilhão Palanca Negra Gigante, em Malanje, também com três mil lugares.

Angola durante este período apoiou, demonstrou solidariedade e cooperação esportiva com outros países africanos. Em 2010, o governo angolano se comprometeu a fornecer apoio técnico a Moçambique para a organização dos Jogos Africanos de 2011, em Maputo. Essa colaboração incluiu a partilha de experiências e recursos, acabando por reforçar os laços entre os países lusófonos e promovendo o desenvolvimento esportivo na região.

Segundo o Portal Geledés (2010), “O Governo angolano vai dar apoio técnico a Moçambique para a realização dos X Jogos Africanos de 2011, em Maputo, no quadro de um acordo de cooperação hoje rubricado na capital moçambicana, abrangendo vários domínios.”

Os Jogos Africanos são a maior competição multiesportiva do continente, realizados a cada quatro anos com a participação de países africanos em diversas modalidades, como atletismo, futebol e natação. A edição de 2011 ocorreu em Maputo, Moçambique. O objetivo é promover integração, revelar talentos e fortalecer o esporte africano. Angola ofereceu apoio técnico a Moçambique na organização do evento. Os jogos também servem como preparação para os Jogos Olímpicos.

Todas estas iniciativas acabaram por demonstrar o compromisso do governo angolano em fortalecer o esporte como uma grande ferramenta para desenvolvimento social e econômica, e

Luanda desempenhando um papel de protagonista na implementação dessas políticas que em muito ajudaram a fortalecer o tecido social e econômico da capital angolana.

7 METODOLOGIA

Na busca para entender os objetivos desta pesquisa, este trabalho fez uso de uma pesquisa exploratória, que segundo Gil (2008) descreve a pesquisa exploratória como aquela que proporciona ao pesquisador uma visão geral sobre determinados fenômenos, especialmente quando há pouco conhecimento acumulado sobre o assunto. Ela serve como uma base inicial para a construção de hipóteses, ajudando a aprofundar o conhecimento sobre determinado tema e a formular questões para estudos futuros mais detalhados.

Segundo Gil (2008), a pesquisa exploratória é uma abordagem inicial que busca proporcionar uma maior compreensão de fenômenos pouco conhecidos, ajudando a estabelecer uma base para futuras investigações. Ela é especialmente útil para formular questões e hipóteses que direcionam estudos mais profundos. De acordo com Minayo (1994), a pesquisa qualitativa busca compreender o significado das ações humanas, valorizando a interação entre o sujeito e o mundo que o cerca, sendo o pesquisador parte ativa na construção e interpretação da realidade com base em seus referenciais teóricos e culturais.

Do ponto de vista técnico metodológico, utilizaram-se os procedimentos de pesquisa bibliográfica e documental. De acordo com Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é uma etapa essencial para o desenvolvimento de um estudo, pois possibilita ao pesquisador compreender o estado da arte sobre o tema de interesse, através do exame de obras e publicações já existentes. Isso contribui para a formulação do referencial teórico e a base de hipóteses da investigação. Esse tipo de pesquisa permite ao pesquisador conhecer o estado da arte sobre determinado tema e identificar lacunas que possam ser exploradas. Já a pesquisa documental se diferencia por utilizar fontes primárias ainda não tratadas e analisadas sob a ótica científica, como cartas, atas, estatutos e registros administrativos. Enquanto a pesquisa bibliográfica sustenta a fundamentação teórica, a documental contribui com dados empíricos que enriquecem a análise do objeto de estudo. Para obter acesso a dados sobre o esporte em Luanda, estabeleceu-se contato com um profissional da área esportiva, atletas e pessoas vinculadas à Federação Angolana de Futebol, tendo em vista que grande parte das informações não se encontra disponível em meio digital, nem é divulgada em sites oficiais. Por fim, realizar-se-á uma pesquisa de campo, conduzida por meio da aplicação de um questionário.

8 CARACTERIZAÇÃO DO CASO ESTUDADO (LUANDA/ANGOLA)

Luanda, capital de Angola, é uma das cidades mais pequenas e carrega o estatuto de cidade com maior número de habitantes, considerado capital econômico e capital política. Luanda está situada na costa ocidental de Angola, banhado pelo oceano atlântico, depois da invasão dos portugueses isto em 1484, sob o comando do navegador Diogo Cão, passados 92 anos isto em 1576 a cidade de Luanda foi fundada pelos portugueses, como escrito anteriormente a cidade tornou-se o principal centro econômico, político e cultural angolano. Segundo Silva (2018), Luanda destaca-se por sua diversidade cultural e por ser um polo estratégico no desenvolvimento do país.

Governada atualmente por Luís Manuel da Fonseca Nunes, Segundo Luís Nunes (2025), acredita que 2025 e 2026 serão anos de melhorias significativas em comparação a 2024, com foco na qualidade de vida do cidadão, destacando que a principal missão é resolver os problemas enfrentados pela população. Apesar dos esforços do governo angolano na criação de políticas públicas, ainda existem desafios significativos na implementação efetiva dessas políticas.

No período de 2010 a 2015, a cidade de Luanda teve 3 governadores, José Maria Ferraz dos Santos de 2010-2011, Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento de 2012-2014 e por fim Graciano Francisco Domingos de 2015-2016.

Segundo a Embaixada da República de Angola no Japão (2021), a cidade de Luanda destaca-se como o principal centro esportivo do país, reunindo os maiores clubes angolanos e sendo referência nas modalidades mais populares, como futebol, basquetebol e handebol. Conforme destaca o Petro Atlético de Luanda (2023), clubes como o próprio Petro, o 1º de Agosto e o Interclube dominam as competições nacionais e mantêm presença marcante em torneios continentais. De acordo com Nunes (2024), o Petro de Luanda é o maior campeão nacional de futebol e, recentemente, conquistou pela primeira vez a Basketball África League. Já Eduardo (2024) salienta que o 1º de Agosto se destaca especialmente no andebol feminino, sendo vencedor de competições africanas como a Taça das Taças da CAF. Como aponta o SAPO Desporto (2013), essas conquistas reafirmam Luanda como polo esportivo de destaque em Angola e no continente africano, reflexo de investimentos constantes e da tradição esportiva da capital.

Durante os anos 2010 a 2015, acredita-se que Luanda passou por fases de desafio e crescimento no que diz respeito ao Esporte. A realização do campeonato Africano das nações em 2010 foi um evento com relevância social para o país, impactou a economia com

desenvolvimento de infraestruturas esportiva e de lazer. O cenário esportivo em Luanda passou por momentos de crescimento e desafios. A realização do Campeonato Africano das Nações em 2010 foi um marco para o país, impulsionando o desenvolvimento da infraestrutura esportiva. De acordo com os arquitetos do Berger Architectos (2013), o Pavilhão Multiuso de Luanda foi projetado com foco na versatilidade e eficiência energética, visando atender não apenas aos eventos desportivos, mas também aos culturais. A principal preocupação dos arquitetos foi criar uma estrutura funcional e sustentável, que oferecesse a solução mais eficaz e econômica para os objetivos do projeto.

9 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os dados obtidos por meio do questionário foram devidamente recolhidos em um mês, isto é, do dia 3 de Abril à 3 de maio de 2025, registrando a participação cinquenta e nove (59) respostas, a amostra foi composta por 40 participantes do sexo masculino, correspondendo a 67,8%, e 19 do sexo feminino, representando 32,2%. A idade dos participantes variou entre 18 e 50 anos, sendo que 89,8% estavam na faixa de 18 a 29 anos, enquanto 10,2% tinham entre 30 e 50 anos, a questão sobre escolaridade, embora de resposta não obrigatória, foi respondida por 23 participantes, observa-se a maior parte dos respondentes possui ensino superior completo ou em andamento, representando 91,3% (21 pessoas), enquanto 8,7% (2 pessoas) declararam ter apenas o ensino médio. A pesquisa contou com a participação de moradores dos bairros periféricos de Luanda, especificamente Cacuaco, Calumbo, Cazenga, Kilamba Kiayi, Sambizanga e Viana. Estes locais representam zonas urbanas com desafios estruturais e sociais típicos das periferias, o que torna o perfil dos respondentes especialmente relevante para a compreensão do contexto investigado.

No que se refere à escolaridade, 23 pessoas responderam voluntariamente à questão, mesmo sendo de caráter não obrigatório, dentre elas, 91,3% (21 pessoas) declararam possuir ensino superior completo ou em andamento, enquanto apenas 8,7% (2 pessoas) indicaram ter ensino médio como grau máximo de instrução. Esses dados demonstram um nível educacional relativamente elevado entre os participantes, considerando-se a realidade socioeconômica das regiões mencionadas. Tal escolaridade pode ter impacto direto na forma como esses indivíduos compreendem, refletem e se posicionam frente às questões da pesquisa.

Quanto à ocupação profissional, também com 23 respostas, a diversidade de atuações é notável, embora uma categoria se destaque. A profissão mais recorrente foi a de estudante, com 16 respostas, representando 69,6% dos respondentes. As demais profissões foram citadas

individualmente, cada uma com 1 resposta (4,3%), entre as quais se destacam: ajudante de rota, assistente administrativo, enfermeira, instrumentista, kudurista e profissional da área de logística. Esse dado reforça a presença significativa de jovens em fase de formação acadêmica ou técnica, o que pode indicar um interesse crescente na participação cívica e social por parte desse grupo etário.

Após o levantamento inicial dos dados dos participantes que responderam aos questionários, prosseguimos com a análise qualitativa de suas respostas. Essa etapa teve como objetivo compreender, de forma mais aprofundada, as percepções, experiências e opiniões dos respondentes em relação ao tema apresentado. Para isso, foram aplicadas algumas questões previamente elaboradas, com foco em recolher informações importantes e consistentes. As questões foram organizadas de maneira clara e direta, permitindo aos participantes expressarem suas opiniões com liberdade. Os dados obtidos por meio dessas respostas forneceram ajuda importantes para a construção das análises e conclusões da pesquisa.

A seguir, serão apresentadas as perguntas formuladas aos participantes: Nome completo? Gênero? Faixa etária? Escolaridade? Município? Profissão? As políticas públicas atuais garantem acesso adequado ao esporte para todas as camadas da população? Você acredita que o governo investe o suficiente em programas esportivos voltados para a inclusão social? Existem incentivos suficientes para a participação de pessoas com deficiência em atividades esportivas? O esporte é utilizado de forma eficiente como ferramenta de inclusão social em sua comunidade? Você percebe esforços do governo para ampliar o acesso ao esporte em áreas carentes? A infraestrutura esportiva pública da sua região é adequada para atender a todos os cidadãos? Você considera que há um número suficiente de projetos esportivos gratuitos ou subsidiados pelo governo? O esporte é valorizado como uma estratégia de combate à desigualdade social em sua região? A inclusão de meninas e mulheres no esporte tem sido devidamente incentivada pelas políticas públicas? Você acredita que há políticas públicas suficientes para incentivar o esporte entre jovens em situação de vulnerabilidade? As políticas públicas voltadas ao esporte incluem incentivos para a formação de atletas de alto rendimento de origem humilde? O governo promove eventos esportivos que incentivam a participação de grupos socialmente excluídos? Existe uma fiscalização eficiente para garantir que os recursos destinados ao esporte sejam realmente aplicados? Você percebe impactos positivos das políticas esportivas na sua comunidade, como redução da violência ou melhoria na qualidade de vida?

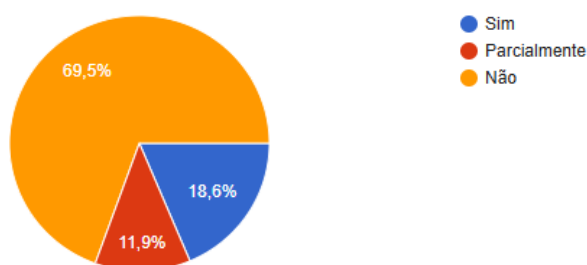
No decorrer da pesquisa, identificamos alguns fatores que mostram os esforços voltados à inclusão esportiva em Luanda. Verificou-se que políticas públicas têm promovido

investimentos em infraestrutura esportiva e diversificação de modalidades e apoio a práticas menos tradicionais, apesar dessas iniciativas, ainda persistem desafios significativos quanto à implementação e efetivação de políticas públicas. Entre os anos de 2010 e 2015, às políticas públicas voltadas ao esporte em Luanda apresentaram falhas significativas, que não podem ser explicadas apenas pela escassez de recursos ou pela ausência de planos estratégicos. Estudos e relatórios sobre o setor público angolano apontam para a presença de causas estruturais mais profundas, como a corrupção institucionalizada e a gestão ineficiente, que comprometeram a eficácia dessas políticas.

Ao confrontarmos os participantes da pesquisa com questões relacionadas às políticas públicas de inclusão esportiva, a maioria declarou nunca ter participado de nenhuma dessas iniciativas promovidas no país. Apenas uma pequena parte relatou já ter tido algum envolvimento em ações governamentais nessa área.

Com base nos dados levantados até aqui, podemos ver que o país ainda precisa de investimentos estruturais e apresenta poucos incentivos à participação de pessoas com deficiência em atividades esportivas. O esporte tem sido subutilizado como ferramenta de inclusão social em diversas comunidades, especialmente nas áreas mais vulneráveis. Percebe-se também uma limitada atuação do governo em ampliar o acesso ao esporte nesses contextos, o que reforça a necessidade de políticas públicas mais eficazes e abrangentes para garantir o direito ao esporte como instrumento de inclusão e desenvolvimento social. A corrupção, por exemplo, afetou diretamente a aplicação dos recursos destinados ao desenvolvimento esportivo. Angola apresentou altos índices de percepção de corrupção nesse período, refletindo um ambiente de fraca responsabilização e escassa transparência no uso de fundos públicos. Isso teve impacto direto sobre os projetos esportivos, muitos dos quais foram anunciados, mas não implementados com efetividade, ou mesmo abandonados após início simbólico das obras

Gráfico 1 - Mostra a opinião dos participantes se já tiveram alguma experiência direta com programas ou ações governamentais voltadas à inclusão no esporte. Você já participou de alguma política pública de inclusão ao esporte?



Fonte: Elaboração própria (2025)

Quando os participantes foram questionados sobre o tipo de política pública de inclusão esportiva da qual já participaram, apenas 15, entre os 59 respondentes, conseguiram relatar alguma experiência. Esse dado revela um cenário preocupante e evidencia as dificuldades existentes na implementação e alcance efetivo das políticas públicas voltadas à inclusão esportiva em Luanda. A baixa taxa de participação demonstra que, embora existam iniciativas, elas ainda não são amplamente acessíveis ou visíveis para a população.

Um dos relatos destacados entre os participantes trouxe um exemplo significativo de uma prática inclusiva. Ele afirmou:

“Participei da realização de um torneio de futsal para intercambistas e novos estudantes ingressantes na universidade. O torneio teve uma dinâmica mais inclusiva, onde cada time era formado por homens e mulheres, além de incluir pelo menos um jogador com deficiência física.”

Esse testemunho ilustra como ações simples, quando bem planejadas, podem promover a inclusão e a integração social por meio do esporte. No entanto, exemplos como esse ainda são isolados e não representam a realidade da maioria. A ausência de políticas públicas amplas, contínuas e estruturadas reforça a necessidade urgente de maior investimento e planejamento por parte do governo, especialmente voltado às populações marginalizadas e pessoas com deficiência. O esporte, nesse contexto, ainda é uma ferramenta subutilizada como instrumento de inclusão e transformação social.

Um dos participantes mencionou sua participação em atividades ligadas ao “futebol comunitário”, uma prática esportiva geralmente organizada por moradores, líderes locais ou ONGs dentro de bairros e comunidades. O futebol comunitário tem como principal objetivo a integração social, a ocupação saudável do tempo livre e o fortalecimento de vínculos entre jovens e adultos. Ele atua como ferramenta de inclusão ao reunir pessoas de diferentes faixas etárias, realidades sociais e até com algum tipo de limitação física, promovendo o respeito mútuo, a solidariedade e o senso de comunidade.

Outro participante relatou sua vivência no “esporte educacional”, um tipo de política pública que busca associar o esporte ao processo de ensino-aprendizagem, indo além da simples prática física. Nesse contexto, o esporte é utilizado como instrumento pedagógico, promovendo valores como disciplina, cooperação, ética e responsabilidade. As atividades são

geralmente implementadas em escolas ou projetos sociais, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento integral do aluno, tanto no aspecto físico quanto no emocional e cognitivo.

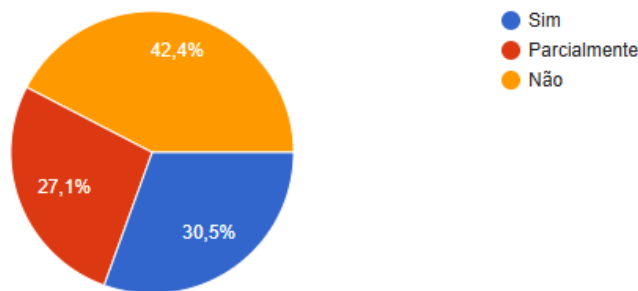
Um quarto participante mencionou a participação em ações voltadas à “defesa dos deficientes no esporte”, um tema extremamente relevante. Essa modalidade se refere a programas e políticas que visam garantir o acesso de pessoas com deficiência às práticas esportivas, respeitando suas necessidades específicas e promovendo adaptações quando necessário. Trata-se de uma forma de inclusão que reconhece o direito dessas pessoas ao esporte, não apenas como lazer, mas como ferramenta de empoderamento, saúde e socialização. No entanto, como demonstrado pela pesquisa, ainda há muitos desafios nessa área, especialmente no que diz respeito à acessibilidade, infraestrutura adequada e capacitação de profissionais.

Um quinto participante destacou sua participação direta na política pública voltada à implementação da caça de novos talentos nos guetos de Luanda, relatando ter se beneficiado da iniciativa. Essa política teve como foco a inclusão social por meio do esporte, aproximando o futebol formal das comunidades periféricas e promovendo oportunidades por meio de projetos como o torneio Taça Kuia.

Isto demonstra que, mesmo em contextos de vulnerabilidade, políticas públicas bem direcionadas podem gerar impactos positivos concretos, acabando por promover visibilidade, autoestima e perspectivas de futuro para jovens talentos que, de outra forma, poderiam permanecer à margem.

Embora existam iniciativas importantes sendo desenvolvidas em diferentes contextos, ainda são necessárias ações mais amplas, contínuas e estruturadas por parte do poder público, para que o esporte seja, de fato, um direito acessível a todos, sem distinção. Houve ineficiência na gestão pública, marcada pela falta de planejamento estratégico e pela centralização das decisões nas mãos de poucos atores políticos, geralmente afastados das realidades das comunidades locais. Podemos observar, que a ausência de diagnósticos territoriais e de participação comunitária limita a efetividade das políticas públicas em países com grande desigualdade urbana, como Angola. No caso específico de Luanda, políticas esportivas desenhadas de forma centralizada muitas vezes não alcançaram os bairros periféricos, onde há maior demanda por infraestrutura e programas voltados à juventude.

Gráfico 2 - Mostra a opinião dos participantes sobre os efeitos reais das políticas esportivas em sua comunidade, especialmente no que diz respeito à redução da violência, promoção da inclusão social e melhoria na qualidade de vida.



Fonte: Elaboração própria (2025)

Com base nos dados obtidos por meio da pesquisa, observou-se que a percepção dos impactos das políticas esportivas nas comunidades está bastante dividida entre os participantes. Dos 59 respondentes, 18 pessoas (30,5%) afirmaram que percebem impactos positivos dessas políticas, especialmente em aspectos como a redução da violência e a melhoria da qualidade de vida. Por outro lado, o mesmo número de participantes, ou seja, 25 pessoas (42,4%), declarou não perceber qualquer impacto positivo, o que evidencia uma insatisfação ou falta de presença efetiva das políticas esportivas em algumas comunidades.

Além disso, 16 participantes (27,1%) indicaram que percebem os impactos apenas parcialmente, o que pode sugerir que, embora existam iniciativas, elas ainda são limitadas, mal distribuídas ou não chegam de forma eficiente a todos os públicos. Esses dados apontam para um cenário em que há esforços isolados e desiguais, refletindo uma necessidade urgente de ampliar o alcance, a visibilidade e a efetividade das políticas públicas de esporte como ferramenta de inclusão e transformação social. A pesquisa revela, portanto, tanto a importância quanto os desafios ainda existentes na promoção do esporte como agente de mudança nas comunidades.

A discrepância nas respostas dos participantes também evidencia desigualdades territoriais, é possível que os entrevistados que percebem impactos positivos estejam localizados em áreas onde houve alguma intervenção concreta, enquanto os demais pertencem a regiões negligenciadas pelas políticas públicas. Isso revela um modelo de intervenção fragmentado, que não garante a universalidade e a equidade no acesso aos direitos esportivos, como prevê a Constituição Angolana e os compromissos internacionais assumidos pelo país em matéria de desenvolvimento social.

A análise dos dados aponta para a existência de políticas públicas com alcance limitado e distribuição desigual, incapazes de atender de forma abrangente às necessidades esportivas das comunidades. Mais do que ausência, o que se observa é a presença insuficiente, mal

planejada e pouco integrada das ações governamentais, o que reforça a necessidade de repensar o papel do Estado na promoção do esporte como ferramenta de inclusão, bem-estar e transformação social.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das políticas públicas de inclusão ao esporte em Luanda, entre 2010 e 2015, nos mostra um período de avanços significativos no que diz respeito à infraestrutura, impulsionados por eventos de grande porte como o Campeonato Africano das Nações. No entanto, estes avanços não foram acompanhados, na mesma medida, por ações que garantem a efetiva participação da população nas políticas implementadas. A pesquisa demonstrou que, apesar dos investimentos realizados, muitos cidadãos ainda não têm acesso direto a programas esportivos públicos, revelando falhas na divulgação, equidade e continuidade dessas políticas. Esta pesquisa contribui para o campo das políticas públicas esportivas ao fornecer uma análise crítica do impacto real de iniciativas governamentais em contextos urbanos e desiguais como o de Luanda. Ao combinar análise documental e dados coletados por meio de questionários, o estudo oferece uma visão geral concreta das limitações estruturais e sociais enfrentadas no processo de inclusão esportiva. de igual modo, sugere caminhos para melhorar as políticas públicas, contribuindo com subsídios para gestores, pesquisadores e organizações da sociedade civil.

As implicações desses achados para a gestão pública são significativas. Em primeiro lugar, é urgente que o esporte seja reconhecido não apenas como lazer ou espetáculo, mas como política pública estratégica, integrada às agendas de saúde, educação e segurança cidadã. Isso exige investimento em infraestrutura de base, qualificação de profissionais, e principalmente, um modelo de governança mais participativo, com envolvimento real das comunidades no desenho das ações. Para a sociedade civil, os resultados indicam a necessidade de maior articulação e mobilização em torno do direito ao esporte, pressionando o poder público por políticas mais inclusivas e abrangentes. Organizações comunitárias, associações juvenis e lideranças locais têm papel central na construção de uma cultura esportiva acessível, democrática e transformadora.

Entre as principais limitações desta investigação, destaca-se a escassez de dados oficiais e sistematizados sobre políticas públicas de esporte em Angola, o que dificultou a realização de análises comparativas mais aprofundadas. Apesar dos avanços observados em termos de infraestrutura, ainda há um longo caminho a ser percorrido para que o esporte seja

verdadeiramente uma ferramenta de inclusão e transformação social em Luanda. A ausência de políticas sustentáveis, integradas e descentralizadas compromete o alcance das ações governamentais, especialmente entre populações mais vulneráveis. Torna-se necessário repensar a concepção e a execução das políticas públicas esportivas, levando em conta as dinâmicas sociais, territoriais e culturais que atravessam o cotidiano das comunidades.

Com base nos achados desta pesquisa, recomenda-se a descentralização das políticas esportivas, de modo a ampliar seu alcance em zonas periféricas e comunidades marginalizadas, promovendo maior equidade no acesso às oportunidades esportivas. É fundamental também o fortalecimento de parcerias com a sociedade civil e o setor privado, com o objetivo de garantir um financiamento sustentável e fomentar a diversidade de modalidades esportivas oferecidas à população. Outra recomendação essencial é a capacitação contínua dos profissionais que atuam no setor esportivo, com destaque na inclusão de grupos historicamente vulneráveis, como pessoas com deficiência e mulheres. De igual modo, é necessário criar mecanismos eficazes de monitoramento e avaliação das políticas públicas, com indicadores claros e acessíveis, que permitam o acompanhamento sistemático de suas ações e impactos. Por fim, destaca-se a importância de estimular a produção de dados oficiais e de pesquisas acadêmicas sobre o impacto social do esporte, a fim de subsidiar o planejamento e a implementação de políticas mais eficazes e inclusivas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Danilo; GONÇALVES, Júlia Christina Gírio. **Políticas públicas**: o que são e para que servem? Politize!, [s. l.], 10 jan. 2025. Disponível em: <https://www.politize.com.br/politicas-publicas/>. Acesso em: 21 mar. 2025.

ANGOP. **Hóquei em patins**: Angola no grupo A do Mundial de Novara. Agência Angola Press (ANGOP), 26 mar. 2013. Disponível em: <https://www.angop.ao/noticias/desporto/hoquei-em-patins-angola-no-grupo-a-do-mundial-de-novara/>. Acesso em: 13 abr. 2025.

BODART, Cristiano; SILVA, Roniel Sampaio. **Café com Sociólogo**. Disponível em: <https://cafecomsociologia.com/definicao-de-esporte-dimensoes-e-significados/>. Acesso em: 16 mar. 2025.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Política Nacional do Esporte**. Brasília: Ministério do Esporte, 2005. Disponível em: <https://www.sabedoriapolitica.com.br/products/politica-nacional-do-esporte/>. Acesso em: 16 abr. 2025.

BUENO, Luciano. **Políticas públicas do esporte no Brasil**: razões para o predomínio do alto rendimento. 2008. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/7b7c7d73-1857-43ea-b12d-fd8167e21e59/content>. Acesso em: 21 abr. 2025.

CÁRDENAS, R. N.; FREIRE, I. A.; PUMARIEGA, Y.; TORRES, C. D. P. Políticas Públicas de Esporte e Lazer: Da Teoria aos Programas e Projetos de Intervenção. LICERE - **Revista Do Programa De Pós-graduação Interdisciplinar Em Estudos Do Lazer**, 1 v. 25, n. 3, p. 292–328, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.35699/2447-6218.2022.41714>.

DIÁRIO DO MINHO. **Angola conquista campeonato africano de futebol com muletas**. Publicado em 11 out. 2019. Disponível em: <https://www.diariodominho.pt/noticias/desporto/angola-conquista-campeonato-africano-de-futebol-com-muletas-154744>. Acesso em: 2 abr. 2025.

EDUARDO, Isabel. **Campeãs da Supertaca Africana continuam somando na Taça das Taças**. Clube Desportivo 1º de Agosto, 20 abr. 2024. Disponível em: <https://1agosto.com/noticias/campeas-da-supertaca-africana-continuum-somando-na-taca-das-tacas>. Acesso em: 12 abril, 2025.

EMBAIXADA DA REPÚBLICA DE ANGOLA NO JAPÃO. **Angola-pt**. Disponível em: <https://www.angola.or.jp/pt/angola-pt/>. Acesso em: 12 abr. 2025.

EXPRESSO. **Angola:** Estádios do CAN 2010 vão custar 468 milhões de Euros. Disponível em:
<https://expresso.pt/africa/angola-estadios-do-can-2010-vao-custar-468-milhoes-de-euros%3Df495477>. Acesso em: 16 abr. 2025.

FLORENTINO, José. **O humanizar pelo esporte:** a necessidade de uma pedagogia do esporte mais complexa. EFDeportes.com, Buenos Aires, n. 115, 2008. Disponível em:
<https://www.efdeportes.com/efd115/o-humanizar-pelo-esporte.htm>. Acesso em: 20 mar. 2025.

GELEDÉS. **Angola garante apoio à realização dos Jogos Africanos de 2011 em Maputo.** Portal Geledés, 26 set. 2010. Disponível em:
<https://www.geledes.org.br/angola-garante-apoios-a-realizacao-dos-jogos-africanos-de-2011-e-m-maputo/>. Acesso em: 03 abr. 2025.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em:
<https://ayanrafael.com/wp-content/uploads/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2025

LEX.AO. **Decreto Presidencial n.º 261/10 de 23 de novembro – Criação das Direções Provinciais da Juventude e Promoção dos Desportos.** Disponível em:
https://lex.ao/docs/presidente-da-republica/2010/decreto-presidencial-n-o-261-10-de-23-de-novembro/?utm_source. Acesso em: 21 abr. 2025.

LEX.AO. **Decreto Presidencial n.º 292/10 de 2 de dezembro – Reorganização do Ministério da Juventude e Desportos.** Disponível em:
https://lex.ao/docs/presidente-da-republica/2010/decreto-presidencial-n-o-292-10-de-02-de-dezembro/?utm_source. Acesso em: 21 abr. 2025.

LEX.AO. **Desporto para Todos, Massificação do Desporto Escolar, Apoio ao Desporto de Rendimento e Associativismo Desportivo.** Disponível em:
https://lex.ao/docs/assembleia-nacional/2014/lei-n-o-5-14-de-20-de-maio/?utm_source. Acesso em: 21 abr. 2025.

LEX.AO. **Lei n.º 5/14 de 20 de maio – Lei do Desporto.** Disponível em:
https://lex.ao/docs/assembleia-nacional/2014/lei-n-o-5-14-de-20-de-maio/?utm_source. Acesso em: 21 abr. 2025.

Maka Angola. **A Taça de África das Nações e a Corrupção em Angola.** 2010. Disponível em:
<https://www.makaangola.org/2010/03/a-taca-de-africa-das-nacoes-e-a-corrupcao-em-angola/>. Acesso em: 16 abr. 2025 **Se MAKANGOLA FOR INSTITUIÇÃO COLOCQUE EM CAIXA ALTA.**

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. Disponível em: <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/748>. Acesso em: 26 abr. 2025.

NUNES, Juliana. **Petro campeão da Liga Africana de Basquetebol pela primeira vez**. Rádio Nacional de Angola, 1 jun. 2024. Disponível em: <https://rna.ao/rna.ao/2024/06/01/petro-campeao-da-liga-africana-de-basquetebol-pela-primeira-vez/>. Acesso em: 12 abr. 2025.

NUNES, Luís. **Sabemos que não podemos resolver os problemas com um estalar de dedos....** Publicado em: 18 fev. 2025. Disponível em: <https://www.facebook.com/XéAgoraAguenta>. Acesso em: 22 mar. 2025.

PASSOS DA CRIANÇA. **O esporte como ferramenta de transformação social**. Passos da Criança, [s. l.], 2023. Disponível em: <https://passosdacrianca.org.br/oficinas-culturais/o-esporte-como-ferramenta-de-transformacao-social/>. Acesso em: 16 mar. 2025.

PEREIRA, Helvarina. **O desporto em Angola**. Disponível em: https://www.gestaodesportiva.com.br/entidades-desportivas/o-desporto-em-angola?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 30 mar. 2025.

PETRO ATLÉTICO DE LUANDA. **Petro de Luanda é bicampeão e chega aos 17 títulos do Girabola**. 15 maio 2023. Disponível em: <https://petroatletico.co.ao/noticia/30093>. Acesso em: 12 abr. 2025.

MARQUES, Renato Francisco Rodrigues; ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de ; GUTIERREZ, Gustavo Luis. Esporte: um fenômeno heterogêneo: estudo sobre o esporte e suas manifestações na sociedade contemporânea. **Movimento**, v. 13, n. 3, p. 225-242, set./dez. 2007. Escola de Educação Física, Rio Grande do Sul, Brasil. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115314345010>. Acesso em: 16 mar. 2025.

SAPO DESPORTO. **1º de Agosto sagra-se campeão africano**. 21 dez. 2013. Disponível em: <https://desporto.sapo.pt/modalidades/basquetebol/artigos/1o-agosto-sagra-se-campeao-africano>. Acesso em: 12 abr. 2025.

SAPO DESPORTO. **Características técnicas do Pavilhão de Luanda**. SAPO Desporto, 26 set. 2013. Disponível em: <https://desporto.sapo.pt/modalidades/hoquei/artigos/caracteristicas-tecnicas-do-pavilhao-de-luanda>. Acesso em: 13 abr. 2025.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

SILVA, Matheus. Políticas Públicas para o Esporte: entenda a importância. **Politize!**, 19 maio 2022. Disponível em: <https://www.politize.com.br/esporte-nas-politicas-publicas/>. Acesso em: 20 abr. 2025.

SECCHI, L.. (2014). Leonardo. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2º Ed. São Paulo: Cengage Learning.

SECCHI, Leonardo. **Análise de políticas públicas**: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/tBHF7JVDDLJwCLtD6sxKx9k/?format=pdf>. Acesso em: 16 abr. 2025.

SILVA, Renata Araújo Sodré da. **Políticas Públicas**: O que são e para que servem?. 12 dez. 2023. Disponível em: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/politicas-publicas/>. Acesso em: 16 mar. 2025.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). **Referencial de controle da administração pública**: políticas públicas. Brasília: TCU, 2021. Disponível em: https://portal.tcu.gov.br/referencial-de-controle-de-politicas-publicas?utm_source. Acesso em: 22 mar. 2025.

VERDADE. **Angola inaugura pavilhão do Mundial de hóquei em patins**. Verdade, 18 set. 2013. Disponível em: <https://verdade.co.mz/angola-inaugura-pavilhao-do-mundial-de-hoquei-em-patins/>. Acesso em: 13 abril. 2025.

WIKIPEDIA. **Luanda Province**. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Luanda_Province. Acesso em: 2 abr. 2025.

AGRADECIMENTOS

A jornada acadêmica é, acima de tudo, uma travessia marcada por desafios, aprendizados e encontros que deixam marcas profundas. Neste momento de conclusão, não posso deixar de expressar minha profunda gratidão àqueles que, de alguma forma, tornaram possível a realização deste trabalho.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, fonte de toda força, sabedoria e perseverança. Em cada passo dado, em cada noite longa de estudo, em cada incerteza superada, senti Sua presença me guiando e sustentando. Sem Ele, nada disso teria sentido ou direção.

À minha família, minha base, meu porto seguro: Godson Nzola, Isabel Lorian, Antonio David, José Vieira, Dely Lucas, Muanangani Garcia, João Pedro e João Lucas, minha eterna gratidão pelo apoio, pelas palavras de incentivo e pela fé que sempre depositaram em mim. A vocês, meu reconhecimento mais sincero.

Ao meu falecido pai, Rozinho Mayavangua Nzola, que partiu cedo demais, mas cuja memória permanece viva em meu coração. Pai, eu sei que o senhor estaria orgulhoso do caminho que estou trilhando. Cada conquista minha é, também, uma homenagem à sua história, aos seus ensinamentos e ao amor que me deixou.

À minha querida mãe, Isabel Liliana, e à minha irmã, Isabel Helena, que caminharam comigo nos dias bons e, especialmente, nos dias difíceis. Obrigado por acreditarem em mim mesmo quando eu duvidei de mim mesmo. O amor de vocês me fortalece.

Agradeço, à Professora Rosalina Semedo de Andrade Tavares, minha orientadora, por todo o esforço, paciência e dedicação ao longo desta jornada. Sua orientação cuidadosa, seus conselhos e sua constante disponibilidade foram fundamentais para a realização deste trabalho. Mesmo diante dos desafios, demonstrou comprometimento, empatia e incentivo, contribuindo significativamente para meu crescimento acadêmico e pessoal.

Também estendo meus agradecimentos aos membros da banca examinadora, que gentilmente se dispuseram a avaliar este trabalho e cujas observações e sugestões foram extremamente valiosas para o aprimoramento da pesquisa.

Aos amigos que tornaram esta caminhada mais leve e cheia de significado: os Cãnfora e os Tropa da Ideia, por cada conversa, risada, desabafo e incentivo. À minha namorada, companheira fiel e presente, que soube me acolher com amor, paciência e compreensão quando eu mais precisei. E ao mano João Paulo, por estar sempre ao meu lado, oferecendo apoio sincero e amizade verdadeira.

Aos mestres que contribuíram decisivamente para minha formação: Rosalina Smedo de Andrade Tavares, Andrea Yumi Kanikadan, Hugo Silvestre, Carlos Airton, Carlos Tavares, Maria do Rosario de Fatima Portela, Alexandre Lima, Luís Miguel Dias, Sandra Calado, Sâmia Nagib e Pedro Magrini. Cada um de vocês, com sua dedicação, paixão pelo ensino e compromisso com o conhecimento, marcou minha trajetória e ampliou minha visão de mundo. Muito mais do que transmitir conteúdos, vocês inspiraram escolhas, posturas e sonhos.

Por fim, deixo um agradecimento especial a todos que, de alguma maneira, contribuíram para este trabalho: colegas de sala, servidores da universidade, supervisores e amigos distantes, que torceram por mim. A cada um, o meu sincero “muito obrigado”. Este trabalho não é apenas uma conclusão acadêmica. É a celebração de uma caminhada compartilhada com todos vocês.